

O CURRÍCULO COMO FIO CONDUTOR DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO

*Ondina Maria Chagas Canuto
Meirecele Caliope Leitinho*

Apresentação

Apresentamos aqui um exercício construído com a intenção de tecer uma rede de conhecimentos teóricos e vivenciais que dão sentido e valor a caminhada acadêmica que temos realizado.

A problematização de uma situação que desperta inquietação no cotidiano de nossa prática profissional e que promove o interesse em explorar para conhecer melhor, é que movimenta este ato de pesquisar.

Assim, construímos um percurso reflexivo que permitiu-nos matriciar conteúdos e ampliar o olhar sobre o curso de Gestão de Serviços em Saúde, iniciado em 2006, promovido pelo município de Fortaleza, em parceria com uma instituição de ensino superior, focando nosso olhar sobre a análise de seu currículo, o qual compreendemos como um fio condutor do processo de formação.

Agradecemos a contribuição das professoras da disciplina avaliação curricular, que tão bem refletiram sobre o tema proposto em suas disciplinas, inquietaram-nos e ampliaram olhares, despertando curiosidade na busca de novos saberes. Agradecemos ainda a (o)s colegas que compartilharam experiências e boas reflexões neste tempo de aprendizagem coletiva; bem como aos gestore(a)s e trabalhadore(a)s implicado(a)s com o curso de Gestão em Serviços de Saúde, que produzem novas práticas e saberes em saúde.

A nós, coube o desafio de problematizar a realidade à luz de referenciais que acreditamos serem as luzes que dão clareza ao caminho que percorremos.

Educação: um Processo Determinado Socialmente

A história da humanidade, em suas diversas fases de organização social, apresenta valores culturais que marcam o contexto vivido, e exigem diferentes papéis dos atores em seus cenários de atuação.

Sabemos que neste processo de formação social, que tem dimensão temporal, os processos educativos ganham variadas formas no tempo e se utilizam de diferentes recursos que estão vinculados a uma educação formal, através do ensino institucional; e através de recursos informais, constituindo os saberes nos diferentes espaços de viver a vida em comunidades. Estes recursos estão expressos na mídia, nas crenças, nas organizações sociais e manifestações populares.

Há, portanto, uma intencionalidade, um caráter político, na formação socioeducativa da população. Firmam-se, assim, paradigmas que se constroem e deconstroem ao longo da história da humanidade.

Podemos dizer que as histórias da educação e da trajetória da humanidade se confundem, se pensarmos a educação como um processo de formação das pessoas que se faz a partir das relações que o homem constrói com o mundo, com o outro e com ele próprio.

Mas, frente às contradições do mundo contemporâneo onde predominam estruturas sociais injustas e excludentes, com fortes reflexos nas estruturas de educação formal e informal, nos apropriamos das contribuições da Teoria Crítica em educação para fundamentar o necessário debate acerca da relação entre a escola e sociedade e as determinações sociais, políticas e econômicas, fomentando a ideia da EMANCIPAÇÃO, AUTONOMIA e CIDADANIA como ideias - força das práticas educativas. Segundo Vilela (2004), “o resultado dessa nova prática seria formar uma outra consciência, que seria oposta àquela dominante na sociedade alienada. No lugar da adaptação e do adestramento, a ação escolar deveria desenvolver a

autonomia. Essa é a essência da concepção da “educação para emancipação em Adorno”.

Os fundamentos da Teoria Crítica e a ideia de emancipação em Theodor Adorno demonstram que é possível à escola uma outra educação, com novas práticas, destacando: a inclusão, o compartilhamento de todos os recursos e bens culturais e materiais produzidos pelo homem; o desenvolvimento de atitudes de respeito a visões de mundo diferentes a partir da escola; um projeto pedagógico que desperte a esperança nas pessoas e uma educação que desenvolva o espírito de solidariedade como princípio básico.

Busca-se, com isto, uma perspectiva ampliada de educação escolar, que incorpore a educação para a humanização do homem, além da formação intelectual e cientificista (VILELA, 2004. *et al*).

Eis, pois, que, a escola contextualizada política e socialmente precisa ser analisada do ponto de vista social a partir de suas relações com outras instituições econômicas e políticas, na perspectiva da produção da educação para a cidadania.

Educação para Cidadania e o Currículo

Elegemos para nossa análise os fundamentos da Teoria Crítica na prática educacional por identificar nos autores que se aglutinam sobre as bases da Escola de Frankfurt, o compromisso radical com a transformação social, a partir de uma visão crítica do sistema socioeconômico profundamente injusto e produtor de relações sociais dominantes, apontando como imperativo a transformação social e a emancipação humana, com autonomia e cidadania. Destaca-se, como um de seus compromissos centrais, penetrar o mundo das aparências, percebendo as relações sociais que a elas estão subjacentes.

Para Giroux (1983) um dos autores que discutem a teoria crítica e a resistência em educação, uma reforma

da educação para a cidadania envolve também os educadores, que como sujeitos políticos precisam estar melhor informados para atuarem como agentes eficazes de transformação da sociedade. O desafio é perceberem o conhecimento escolar como parte de um universo social maior, identificando os reflexos, inclusive ideológicos, que este pode ter no contexto dos interesses escolares.

É o que o mesmo autor vai chamar de Teoria da Totalidade. É a capacidade de compreender melhor as contradições que estão por trás dos contextos e práticas educacionais, posto que as escolas não estão num vácuo político e social, sendo fortemente influenciadas.

Por outro lado, os educadores como sujeitos contextualizados precisam também identificar e influir sobre os instrumentos que orientam os processos de ensino-aprendizagem para a produção da educação para a cidadania. Neste sentido, identificamos o currículo como um importante elemento condutor do processo de educação, que deve expressar as conexões com o conhecimento de maneira mais ampla a partir da realidade social. Visto desta forma, Giroux (1983) destaca a escola como espaço social que possui duplo currículo: explícito e formal e oculto e informal. Este último, não expresso, segundo Giroux (1983) se materializa nas crenças e valores transmitidos tacitamente através das relações sociais e rotinas que caracterizam o dia a dia da experiência escolar. Este olhar sobre o currículo oculto permite perceber as escolas como instituições políticas, portanto imprimindo uma intencionalidade política em seu projeto de formação.

Currículo: o Fio Condutor do Processo Educativo

Segundo Tomaz Tadeu (1999) a etimologia da palavra "currículo" vem do latim *curriculum*, "pista de corrida", podemos dizer, então, que é neste percurso realizado, onde o currículo se materializa, que passamos a nos tornar o que somos.

currículo
O conceito de currículo envolve todas as experiências ou aprendizagens do aluno planejadas e conduzidas pela escola. Compreende, por conseguinte, também o currículo oculto, de que já nos reportamos, aquele não expressamente afirmado nos planos e documentos curriculares. Assim, o currículo engloba tanto a planificação, quanto o resultado da sua implementação, incluindo o que está previsto e o que não é expressamente afirmado ou reconhecido.

processo de planejamento
Podemos, pois, compreender que o processo de planificação da educação formal se constitui a partir de uma leitura ampliada de contexto, a identificação de necessidades sociais e a definição clara de objetivos sobre os quais será traçado um processo, que se materializa no desenho curricular.

Para Rodrigues (1993), o currículo tem natureza polissêmica, e o seu conceito abarca, nas suas diversas fases, desde a concepção (planificação, projeto e desenvolvimento) até o seu nível da sala de aula e da sua validação (avaliação final). Um conjunto de fenômenos educativos que podem situar-se em todos os níveis da prática educativa, que, segundo Miarilet, se estendem desde o âmbito nacional, estadual, municipal (consoante o sistema educativo se encontre mais centralizado ou mais descentralizado), até a realização (o nível da ação direta ou do ensino-aprendizagem), passando pelo estabelecimento escolar (sobretudo se a escola dispuser de margem de liberdade na definição do currículo escolar).

Compreende-se, desse modo, que o desenvolvimento curricular, ao serviço do qual a avaliação curricular formativa se coloca, se articula com a ação educativa em todos os níveis e em todos os planos, e que a avaliação curricular se articula e se relaciona com a avaliação educativa em todos os níveis (alunos, conteúdos e sua organização, métodos pedagógicos, meios, materiais e manuais escolares, equipamentos e instalações, estabelecimentos escolares, ciclos e sistemas de ensino).

Área da Saúde: o Nosso Contexto de Reflexão

Com o olhar fundamentado nos pressupostos anteriormente apresentados, pretendemos orientar estas reflexões a partir de dados de contexto que expressam a intencionalidade política e as necessidades de formação, tendo o Sistema Único de Saúde – SUS e sua política de Educação Permanente, como focos. Pretendemos ainda analisar uma iniciativa educativa na saúde do município de Fortaleza, qual seja, o Curso Sequencial dirigido a profissionais de nível médio da rede hospitalar do mesmo município.

A Política Pública de Saúde brasileira, materializada pelo Sistema Único de Saúde – SUS constituiu, em 2004, através da Portaria Nº 198/GM/MS, uma orientação nacional (Política Nacional de Educação Permanente em Saúde), que instrumentaliza estados e municípios na construção de processos educativos na busca de qualificar os serviços de Saúde.

Constitucionalmente, o Ministério da Saúde tem a responsabilidade de ordenar a formação de pessoal na área da saúde e de incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico. Esta responsabilidade tem sido dividida com os demais gestores estaduais e locais do SUS, sob a sua coordenação quanto à formulação de políticas orientadoras de formação.

Desta maneira, ao SUS cabe o grande desafio de envolver diversos atores, inclusive num alcance intersectorial, na produção da saúde, e neste processo, mobilizar esforços para a promoção também da educação, compreendendo esta última como produtora de saúde.

Ainda neste processo de construção do eixo político – operativo – normativo destacamos o capítulo III da Constituição Federal em seu Art. 205 que trata da educação, que diz,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desen-

volvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destacamos os princípios: II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; X – Valorização da experiência extra-escolar; e XI – Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – EPS – como estratégia de formação de seus trabalhadores, considera a responsabilidade do Ministério na consolidação da Reforma Sanitária, especialmente em seus aspectos quanto à descentralização da gestão, integralidade da atenção e do fortalecimento da participação social nas decisões do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dentre as considerações que fundamentam o compromisso da Política de EPS, destacamos uma que nos parece fundamental para orientar os processos pedagógicos na área da saúde:

integração entre o ensino da saúde, o exercício das ações e serviços, a condução de gestão e de gerência e a efetivação do controle da sociedade sobre o sistema de saúde como dispositivo de qualificação das práticas de saúde e da educação dos profissionais de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Assim, a EPS tem como pressuposto a aprendizagem significativa, ou seja, um processo que relaciona os novos conhecimentos com aqueles já possuídos pelo sujeito, ganhando significado, ou ainda, uma aprendizagem que produz sentido para quem se relaciona com novos saberes.

A EPS é, pois, uma estratégia que matricula saber e fazer, de forma que as iniciativas de capacitação junto aos trabalhadores se articulem com as necessidades dos serviços em que estão inseridos, de maneira que produzam novos saberes e práticas, qualificando a atenção à saúde. O tempo do aprender e do fazer são simultâneos e se sustentam um no outro para a produção do conhecimento e da prática.

O cotidiano é, então, o cenário privilegiado; os sujeitos, os problemas e a organização do trabalho são os ato-

res e os elementos indispensáveis para dar movimento ao processo de ensino-aprendizagem e geração de mudança.

Neste ato de construir formação a partir da realidade, atua-se sobre e com relações, processos e pessoas, incentivando processos educativos formais e não formais, compreendidos como partes distintas e complementares da rede de educação na saúde.

Portanto, “a educação permanente em saúde, incorporada ao cotidiano da gestão setorial e da condução gerencial dos hospitais de ensino e de outras ações e serviços de saúde, coloca o SUS como um interlocutor nato das escolas na formulação e implementação dos projetos político-pedagógicos de formação profissional e não mero campo de estágio ou aprendizagem prática”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE/ Anexo II – Orientações e Diretrizes para Operacionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde/ 2004). Neste sentido, os sistemas estaduais e municipais de saúde são serviços-escola, já que são espaços de atenção à saúde e de construção de conhecimento.

Inspirado e orientado pela Política Nacional de Educação Permanente, o município de Fortaleza-CE, através da Portaria Nº 160/2006, da Secretaria Municipal de Saúde, criou o seu Sistema Municipal de Saúde Escola (SMSE), integrando diferentes atores da gestão municipal, trabalhadores de saúde, instituições de ensino e usuários do SUS.

Este sistema constitui-se numa estratégia de Educação Permanente, transformando toda a rede de serviços de saúde existente no Município em espaços de educação contextualizada e de desenvolvimento profissional (FORTALEZA, 2006).

Nele, o espaço dos serviços e seus territórios de abrangência são eixos centrais de desenvolvimento. O espaço do serviço é local de processo de trabalho e de aprendizagem, onde as instituições formadoras, a partir do território de abrangência, passam a ser também fomentadoras de práticas e saberes de saúde, a partir da

responsabilização sanitária do espaço de atuação, juntamente com a gestão local dos serviços de saúde (Secretarias Executivas Regionais – SER's- Distritos de Saúde).

É a partir deste sistema local de educação, que orienta e articula parcerias, que um conjunto de iniciativas formais e informais de educação se desenvolvem. Cabe-nos aqui destacar e analisar no nível prescritivo uma das iniciativas, qual seja, a realização do I Curso de Nível Superior de Gestão em Serviços de Saúde, que vem sendo realizado a partir de parceria entre Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza – SMS e o Sindicato dos Servidores da Saúde – SINDSAÚDE, através de convênio com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Analisando o Curso de Gestão em Serviços de Saúde

Objeto de Análise

1. Curso de Nível Superior de Gestão em Serviços de Saúde

Objetivo Geral

1. Avaliar o currículo do curso de Gestão em Serviços de Saúde e seu processo de formatação.

Objetivos Específicos

1. Analisar o processo de construção do Programa de Formação (propósito inicial, seleção dos participantes, sujeitos envolvidos, definição do Currículo, observando conteúdos disciplinares e os métodos de ensino e avaliação);
2. Analisar a relação entre os objetivos propostos pelo curso e a matriz curricular;
3. Identificar o significado do curso para o(a)s gestor(a)s e trabalhadore(a)s.

O Percurso Metodológico

Partimos da ideia de que a pesquisa tem por finalidade analisar problemas, inquietações, curiosidades ou clarificar dúvidas partindo de indagações sobre fatos não explícitos ou que precisam de melhor explicação para elucidá-los, através do uso de procedimentos científicos.

Elegemos para este ensaio a pesquisa explicativa, que se caracteriza por

procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos analisados. (GONÇALVES, 2005).

Para isto nos apropriamos de registros documentais como fontes de informação, bem como da técnica de entrevista semiestruturada, como um meio de obter informações e percepções sobre o assunto pesquisado, fornecendo dessa maneira, subsídios à análise que articula os conhecimentos que a pesquisadora tem sobre o tema, a análise documental e a expressão manifesta pelo(a)s entrevistado(a)s. Um outro olhar sobre a tema foi a observação de uma atividade do curso, “in loco”, de forma a conhecer melhor a motivação e envolvimento dos alunos, bem como a dinâmica empreendida por um professor na realização de tarefa em grupo.

A análise triangulada destas três vertentes produz conclusões à pesquisadora, indicando elementos de avaliação.

O Contexto e a Análise da Pesquisa

Conforme documentação pesquisada, sobre o público participante do curso, temos 201 trabalhadores vinculados a Rede Hospitalar e Rede de Urgência e Emergência do município de Fortaleza, sendo eles: Hospitais Distritais (Gonzaguinhas e Frotinhas), Centro de Atenção à Criança Lúcia de Fátima – CAC, Hospital N. Sra. da Conceição, Instituto Dr. José Frota e Serviço Móvel de Urgência – SAMU. Parte destes, segundo a coordenação do curso, são

profissionais que já exerciam a função de gestores, na condição de chefe de setor de Unidades de Saúde ou outros que desenvolvem atividades equivalentes, tendo a oportunidade de se qualificarem e/ou requalificarem aprimorando seus conhecimentos na área de Gestão, especificamente voltada para os serviços de saúde. (Doc. do curso).

O Porquê do curso:

Em virtude das transformações no mundo do trabalho, especialmente no campo da saúde onde os sujeitos envolvidos nesta iniciativa estão inseridos profissionalmente, e da necessidade de refletirem e atuarem sobre estas transformações, não só pelo fato de estarem diretamente implicados nesse processo de avanço, bem como para que possam se manter no mercado de trabalho. Em virtude da procura por novos conhecimentos nessa área, como forma de se manter ou inserir-se no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo. (Doc. do curso)

Para que o curso? “Para capacitar através do curso sequencial, com vistas à melhora de sua qualificação profissional para o exercício das funções de gestão, desempenhadas no âmbito das instituições municipais hospitalares”. (Doc. do curso)

O que é o Curso? Curso sequencial, modalidade de curso de nível superior de curta duração. Referido curso iniciou em agosto de 2006, tendo havido uma interrupção de três meses em 2007, devendo ser concluído em setembro de 2008.

Os cursos sequenciais são regulamentados através de legislação específica: Portarias Ministeriais Nº 612, de 12 de abril de 1999 e 482, de 07 de abril de 2000; Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 01, de 27 de janeiro de 1999, que dispõe sobre cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei Nº 9.394/96 (LDB) e Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UVA Nº 003/00 e 004/00.

De acordo ainda com a documentação do curso, o grande diferencial dessa modalidade de aprendizagem

regulamentada por Lei é o atendimento diferenciado ao mercado de trabalho, visto que os seus alunos devem ser pessoas que já estão no mercado de trabalho e que, por inúmeras situações adversas não conseguiram concluir seus cursos superiores ou ainda, pessoas que estão pleiteando uma vaga no mercado de trabalho e precisam ter uma formação específica e rápida. Assim, para responder a estes desafios, a responsabilidade se torna cada vez mais partilhada, a organização que deve proporcionar meios para geração da sociedade do conhecimento, as universidades que devem ser os próprios meios para essa geração de conhecimento e as pessoas, que inseridas na sociedade, devem buscar meios de atingir um grau sempre mais elevado no conhecimento teórico e prático.

O curso tem como objetivo geral:

1. Qualificar e/ou requalificar o/a aluno/a para o exercício prático de gerenciamento de Unidades de Saúde no âmbito público e privado, desenvolvendo capacidades gerenciais voltadas para o exercício da função de gestor de serviços de saúde, apoiadas em base conceitual atualizada e instrumentos operacionais adequados às exigências de eficiência/efetividade colocadas pelo Sistema Único de Saúde.

O Curso tem como objetivos específicos:

1. Refletir sobre o processo saúde doença-doença sua evolução histórica, seus determinantes socioculturais e políticos, os avanços observados no setor saúde e as tendências e paradigmas contemporâneos;
2. Desenvolver habilidades e conhecimentos em fundamentos de administração geral, contábil e de pessoal voltados para questões operacionais relacionadas à gestão de serviços de saúde em âmbito hospitalar e de unidades básicas de saúde;

3. Desenvolver conhecimentos em planejamento e gestão em saúde, utilizando-se de técnicas e estratégias diversas baseadas em evidências epidemiológicas, análise situacional e aprendizagem organizacional;
4. Desenvolver habilidades e conhecimentos voltados ao gerenciamento de pessoas, cultura e liderança comunicativa;
5. Desenvolver habilidades e conhecimentos para compreender o universo da subjetividade humana, tendo em vista o favorecimento das relações interpessoais, a humanização da atenção em saúde, das relações de trabalho e a aprendizagem organizacional;
6. Proporcionar o conhecimento de aspectos legais relacionados ao universo dos serviços de saúde, seja do ponto de vista da gestão pública, dos aspectos contábeis e da gestão de pessoas e/ou outras que se julgarem pertinentes para o pleno exercício da função de gestor em saúde;
7. Desenvolver conhecimentos básicos de informática, redação e português como ferramenta operacional para o desempenho da gestão;
8. Desenvolver conhecimentos e habilidades para gestão do provimento de recursos e das atividades-meio para garantia de controle da infecção hospitalar, controle e qualidade da oferta de insumos, medicamentos e alimentos nos ambientes de saúde.

Fazendo um paralelo entre os propósitos do Sistema de Saúde preconizado pela sua Política Nacional de Educação Permanente, do SMSE e do Curso, destacamos cada um deles abaixo, de forma a perceber a sintonia presente entre os mesmos.

Analisando do ponto de vista dos propósitos e do significado da política de educação permanente — EPS — para o setor saúde, é importante frisar que uma de suas funções é:

Identificar necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores de saúde e construir estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde e fortaleçam o controle social no setor, na perspectiva de produzir impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva. (Portaria Nº 298 GM/MS, Art. 1º, Parágrafo Único, inciso I)

Já para o Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza – SMSE, algumas de suas funções são:

- Reorientar o modelo assistencial; coordenar os processos de formação e educação permanente; identificar as necessidades em saúde, dentre outros.

Neste sentido, o curso sequencial iniciado em 2006, em um momento de reorientação do modelo de gestão e atenção à saúde de Fortaleza, desenvolve-se, anunciando como objetivo:

- Capacitar através do curso sequencial, com vistas à melhoria de sua qualificação profissional para o exercício das funções de gestão, desempenhadas no âmbito das instituições municipais hospitalares.

Percebe-se, portanto, no que diz respeito aos propósitos e objetivos, que há uma intencionalidade comum entre as políticas nacional e local com a formação em saúde, e no nosso caso, com a realização do curso em análise. Para o(a)s trabalhadore(a)s entrevistado(a)s, o curso tem o objetivo de ampliar conhecimentos, crescimento profissional, adquirir melhor percepção sobre o sistema e qualificação dos serviços de saúde. Destacando-se inclusive a possibilidade de alcançar postos de gestão.

É uma oportunidade acadêmica, de preparar-se para assumir postos de chefia (área financeira, rouparia, almoxarifado, serviços gerais, etc.)

Já para o (a)s gestore(a)s entrevistado(a)s, a função deste curso é oportunizar trabalhadore(a)s de nível médio à formação em saúde, articulando conhecimentos teóricos com vivências no espaço da atuação hospitalar.

O Curso chegou num momento onde já existia anteriormente esta carência e necessidade. A maioria dos profissionais de nível médio exercia suas ações sem a mínima condição, com um mínimo de capacitação, trazendo grandes prejuízos a unidade e usuários. Não lhes eram dadas oportunidades desse nível. Há pessoas na rede que estão demotivadas e despreparadas para as funções exigidas pela gestão.

A seleção dos participantes se deu através de uma prova de seleção, com a definição e um número de vagas por unidade de saúde, sendo definidos alguns critérios de participação para o processo seletivo: ter curso médio completo, interesse pessoal e disponibilidade. Cada unidade de saúde conduziu com a coordenação do curso a formação de suas turmas. Os participantes de maneira geral são trabalhador(a)s da área administrativa (lotados nos setores de pessoal, Serviço de Arquivo Médico – SAME, farmácia, dentre outros) e dos serviços de enfermagem (área de pediatria, clínica etc.).

Quanto ao currículo proposto ao curso em pauta, lembramos Cardoso (1987), que assim define:

o currículo compreende os objetivos a atingir, reporta-se as necessidades educativas e engloba atividades, métodos e meios de ensino-aprendizagem, não deixando de fora os próprios processos de avaliação dos alunos.

Corroborando com o autor, compreendemos que a engenharia de montagem de um currículo não pode deixar de explorar cada um destes aspectos de forma detalhada, destacando inicialmente, perguntas chaves: Que profissional quero formar? Que tarefas estão postas para a função que quero qualificar? E ainda: Quais as necessidades de formação? Penso que, estas questões orientarão

a definição clara das competências necessárias e os conteúdos para a formação proposta; seguidos da definição das atividades, estratégias e métodos de ensino-aprendizagem e avaliação.

Neste sentido, e consultando documentos acerca do curso sequencial, e pelas entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos nesse processo de construção e desenvolvimento do curso, o currículo chega como o resultado de uma ausculta, por parte da instituição contratada, sobre as necessidades de maneira genérica, adaptando um conjunto de conteúdos da área da administração empresarial privada, e incorporando outros campos de conhecimento, adequando para a gestão pública, fazendo um arranjo que desse conta de alguns temas que pautam a área da saúde.

Assim, o curso está organizado em 7 (sete) unidades de ensino, quais sejam:

- Unidade I- Formulação de Políticas de Saúde Pública
- Unidade II- Fundamentos da Administração
- Unidade III – Planejamento e Gestão de Sistemas de Saúde Pública
- Unidade IV – Gerenciamento de Pessoas: subjetividade humana e relações de trabalho.
- Unidade V – Aspectos legais da Gestão de Saúde Pública
- Unidade VI – Ferramentas Operacionais de Gestão
- Unidade VII- Controle e Qualidade no ambiente de trabalho

Analizando as ementas das disciplinas, que encontram-se em anexo, percebemos um conteúdo curricular denso, que remete-nos a uma outra indagação: o que se espera em termos de objetivos de aprendizagem em cada um deles? Qual a relação que se estabelece entre o conteúdo teórico e prático? Daí partem um conjunto de outras indagações sobre estratégias de ensino, méto-

dos, disponibilidade de tempo de estudo pessoal dos alunos, posto que em geral trabalham 8 horas diárias, com plantões, e participam da formação no período noturno. Certamente todo o conteúdo proposto é importante, mas o que seria mais importante, focando nas competências profissionais necessárias para aquele serviço que se quer qualificar? Conforme Silva (1999), compreendendo que o currículo é uma construção social a pergunta importante não é “quais conhecimentos são válidos?”, mas sim: “Quais conhecimentos são considerados válidos?” Acrescenta ainda, “é também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não.” (p. 148)

Destacamos, neste sentido, a informação de uma das entrevistadas, de que o curso nasceu com a intenção de voltar-se para os trabalhadore(a)s da área de gestão administrativa da rede hospitalar, entretanto, além da procura deste público, houve também o interesse por parte de profissionais da área de enfermagem (auxiliares de enfermagem) que selecionados, passaram a compor o quadro de alunos. Todavia, o conteúdo curricular já estava desenhado, e com a alteração do público, nenhuma mudança foi realizada no mesmo.

Propomo-nos a refletir ainda sobre a relação entre os objetivos propostos pelo curso e o conteúdo curricular desenvolvido. Neste sentido, percebemos o currículo como o fio condutor do processo de educação, como instrumento de planejamento do processo de ensino-aprendizagem, posto que estabelece a relação entre os componentes da elaboração e desenvolvimento da formação, identificando as necessidades e definindo objetivos, conteúdos, métodos de ensino-aprendizagem e avaliação.

O processo de aprendizagem do aluno precisa ter clareza sobre que competências deverão ser desenvolvidas ao longo da sua formação, de forma a orientar-se sobre os objetivos de aprendizagem propostos, que deverão ir do nível mais simples, caminhando para uma maior complexidade no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, percebemos que, ao invés de orientar-se por competências, o currículo desenvolve-se a partir da definição de objetivos. São oito objetivos construídos para o curso em questão, em que o verbo desenvolver é aplicado em seis deles. Entretanto, na maioria deles, a continuidade do enunciado do objetivo amplia-se muito, sem dar uma objetividade no recorte que se pretende trabalhar, sobretudo observando qual é o perfil do aluno do curso e qual sua necessidade e do serviço com relação aqueles conhecimentos. Desta forma, pergunta-se: Qual o significado prático do conhecimento trabalhado no curso?

No quadro a seguir apresentamos um exemplo, apresentando o segundo objetivo proposto no curso.

OBJETIVO	CONTEÚDO CURRICULAR	EMENTAS DAS UNIDADES
1. Desenvolver habilidades e conhecimentos em fundamentos de administração geral, contábil e de pessoal voltados para questões operacionais relacionadas à gestão de serviços de saúde em âmbito hospitalar e de unidades básicas de saúde;	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à administração • Economia da Saúde • Contabilidade Pública • Administração Financeira • Administração de Materiais e Patrimônio 	UNIDADE II – FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO: Introdução aos princípios da administração, conceito de administração privada e pública; conceitos de organização, racionalização e funções administrativas; estratégias de economia pública, contabilidade pública, da administração financeira e da administração de materiais e patrimônio, tendo em vista os modelos operativos adotados no âmbito da saúde nos vários níveis de gestão.

Nas entrevistas realizadas especialmente com os trabalhadores quando indagamos quais os conteúdos trabalhados no curso, e se eles ajudaram a melhorar atuação

do(a)s mesmo(a)s, foram destacados alguns: SUS, Vigilância Epidemiológica, papel do gestor, português e informática, material de consumo, contabilidade, planejamento estratégico, estatística, administração, economia, sala de situação.

Indagando quanto à importância destes conhecimentos para a prática profissional e o que acrescentou em termos de ampliação de conhecimentos e habilidades para aluno(a)s do curso, destacaram:

- *Conhecer mais o SUS foi muito importante, visão da saúde como direito. Gerou maior envolvimento, melhor tratamento com os usuários. Conheci melhor o hospital.*
- *Estímulo para estudar mais. Não sei se vou ser gestora; agora quero fazer enfermagem.*
- *O Curso permite adquirir conhecimentos, melhorar a qualidade dos serviços e adquirir melhor percepção sobre o sistema de saúde para poder ajudar. O problema é que não somos escutadas pelos gestores.*

Para os gestores ouvidos, destacam:

- *Não houve uma avaliação minuciosa a esse respeito; mas sentimos que o nível de conhecimento nas discussões melhorou, como também a clareza dos serviços de saúde. Isso facilita o entendimento do funcionamento das dificuldades e necessidade repercutindo em benefícios para a gestão.*

Algumas Considerações

A oportunidade de realizar disciplinas do curso de doutorado (Educação, Currículo e Ensino – Avaliação Curricular) que se articulam e complementam em seus

percursos, permitiu-nos um olhar mais ampliado sobre a temática. As reflexões oportunizadas pelos encontros acadêmicos, seminários e contribuições do(a)s professores e alunos nos enriqueceram sobremaneira. O olhar de hoje certamente é mais criterioso e problematiza o que ontem passava despercebido.

Concluimos uma rápida, porém significativa análise sobre uma das iniciativas de formação promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza a partir de uma parceria com uma instituição de ensino superior.

Como profissional do corpo técnico de referida secretaria, e ocupando cargo estratégico na gestão, na assessoria de planejamento, percebemos que estabelecer diálogo com os sujeitos envolvidos na iniciativa discutida, ou seja, com gestores, trabalhadores e instituição parceira, nos colocou em uma posição de não apenas buscar informações, sendo um momento e oportunidade de problematização do percurso do curso com os atores envolvidos.

Acreditamos que o curso de Gestão em Serviços de Saúde gerou uma possibilidade de incluir um público com poucas oportunidades de formação na história da gestão da saúde do município. Isto gerou um impacto na autoestima dos participantes e o interesse de ser participante em cena. Para a gestão, resgatar o interesse pela formação permite fortalecer seu propósito de qualificar a gestão e atenção à saúde a partir do envolvimento e compromisso do(a)s trabalhadore(a)s que passam a ter o espaço do serviço como local de aprendizagem. Tudo isto gerou um movimento de reflexão das práticas hospitalares, de despertar para novos conhecimentos e habilidades.

Todavia, percebemos que a construção do processo precisaria ser melhor trabalhado, de forma a dar maior sintonia entre necessidades de formação e conteúdo curricular, construindo um conjunto de competências a ser desenvolvidas ao longo do curso, de forma a objetivarmos melhor o que se espera do(a)s profissionais ali envolvido(a)s. Da mesma forma, uma aproximação

maior entre gestores do curso e das unidades hospitalares poderia ter potencializado mais o processo de ensino aprendizagem.

A história da formação do curso, conforme um(a) do(a)s entrevistado(a)s se deu entre instituição demandante e demandada. A instituição formadora já possuía um curso sequencial com conteúdos de gestão administrativa e foi discutido com a Secretaria Municipal de Saúde a inclusão de temáticas de interesse da saúde. Esta articulação, entretanto, conforme fala de demais entrevistado(a)s, como técnicos e gestores dos serviços hospitalares, não aprofundou discussão sobre que conteúdos são mais significativos para a formação proposta. Conforme um(a) entrevistado(a): *“não houve discussão previa da necessidade do curso para o serviço. Existiu um momento onde o curso foi apresentado aos servidores, porem foi feito todo um debate na expectativa do servidor”*.

Sabemos que, segundo Giroux in Silva (1999, p.55) o currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos “objetivos”. O Currículo é um local, onde, ativamente se produzem e se criam significados sociais”. Daí porque a importância de uma produção mais ampliada, envolvendo todos os implicados no processo de formação, de maneira e construir desde o nascedouro do projeto de formação uma cumplicidade de interesses entre instituições gestoras e formadoras, serviços e alunos. É o que Giroux chama de conceito de “voz”, onde aponta a necessidade de construção de um espaço onde os anseios, os desejos e os pensamentos dos estudantes e das estudantes possam ser ouvidos e atentamente considerados.

Finalmente, gostaríamos de tecer comentários sobre o formato da organização do conteúdo curricular que, embora tenha feito o esforço de articular em seu interior a oferta e a demanda das instituições organizadoras, não teceu ao longo de seu desenvolvimento uma ação cotidiana mais integrada com o serviço. Demonstra

ao que apuramos uma organização técnica, conteudista. Mais uma vez citamos Giroux (in SILVA, 1999, p.51), que critica a racionalidade técnica e utilitária, bem como o positivismo das perspectivas dominantes sobre currículo. Na análise de Giroux, as perspectivas dominantes, ao se concentrarem em critérios de eficiência e racionalidade burocrática, deixaram de levar em consideração o caráter histórico, ético e político das ações humanas.

Referências

GIROUX, Henry. **Teoria Crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: AVERCAMP Editora, 2005.

RODRIGUES, Pedro. In: ESTRELA, Albano e NÓVOA, Antonio. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Portugal: Porto Editora LDA, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. **A função social da escola na teoria crítica: apontamentos para uma sociologia crítica da educação em Adorno e Horkheimer**. UNIMEP. Piracicaba/SP, 2004. "Colóquio Internacional Teoria Crítica e Educação" Publicação Restrita.